

Instituto Philippe Pinel: origens históricas

Fernando A. da Cunha Ramos
Luiz Geremias

O Hospício de Pedro II: o Palácio dos Loucos

Para narrar a história do *Instituto Philippe Pinel* é preciso primeiro conhecer sua genealogia e, para tal, torna-se necessário recuar no tempo, mais precisamente ao distante ano de 1841, quando o Brasil encerrava em definitivo e com alívio um período politicamente rico mas tumultuado: a transição do primeiro para o segundo reinado **(1)**.

Em 1831, Pedro I retorna a Portugal para defender a coroa de sua filha Maria II, deixando o trono brasileiro para seu único herdeiro varão, Pedro de Alcântara, na época uma criança de apenas 6 anos de idade. Para o papel de tutor do novo monarca foi então designado José Bonifácio de Andrada e Silva, o *Patrão da Independência*. Porém, José Bonifácio permanecerá na função apenas um ano, sendo afastado por disputas políticas, vindo a falecer em 1838 relegado ao esquecimento **(2)**. Os nove anos de *Regência* **(3)**, que marcam o período entre a abdicação de D. Pedro I e a maioria antecipada do novo monarca, caracterizam-se por grande instabilidade e agitação políticas, tanto na Corte quanto nas províncias. Por fim, no ano de 1840, Dom Pedro de Alcântara, com a idade de 15 anos, durante a chamada *Revolução da Maioridade* **(4)**, decide aceitar o parecer de delegação parlamentar (o famoso "Quero já!"), antecipando em três anos sua maioria **(5)**. Assim, em 23 de Julho desse mesmo ano é formalizada a decretação oficial de sua maioria e, finalmente, no dia 18 de julho do ano seguinte, em 1841, Pedro II é sagrado e coroado *Imperador do Brasil*.

É nesse contexto político-institucional que começa a se esboçar a criação do primeiro hospício de alienados (hospital psiquiátrico) do Brasil. Por uma confluência de fatores políticos e sociais, profissionais e corporativos, econômicos e culturais, o momento histórico mostra-se extremamente propício à criação desse novo dispositivo médico, legal e social no Brasil **(6)**. Como principal coordenador e articulador dessas forças e fatores conjunturais surge um homem que deixará seu nome registrado em mármore na história: José Clemente Pereira **(7)**. De personalidade complexa e multifacetada, político conservador mas moderado, exímio advogado, magistrado respeitado, maçom atuante, filantropo dedicado **(8)**, hábil comerciante – homem de grande inteligência, de caráter obstinado, de temperamento pragmático mas de grande sensibilidade – José Clemente Pereira tinha ocupado elevadas funções de governo **(9)** à época de D. João VI e de D. Pedro I, contudo, havia passado um período de relativo ostracismo durante o interregno da minoridade de Pedro II. Mas com o retorno dos centristas e conservadores à condição de jogadores viáveis no tabuleiro político, José Clemente passa a orquestrar seu retorno ao poder com uma hábil estratégia para reabilitar sua reputação ofuscada, a saber: levar adiante um projeto ambicioso de reforma do velho *Hospital da Santa Casa da Misericórdia*, segundo as linhas propostas pela *Academia Imperial de Medicina* **(10)**. Fazendo reviver a instituição moribunda, esperava aumentar sua própria credibilidade, a ponto de ser convidado a participar de um novo governo nacional em defesa do retorno à autoridade centralizada **(11)**. Para tal, cuida de ganhar, através de manobras astutas, o controle administrativo da *Santa Casa da Misericórdia*, objetivo que alcança ao ser finalmente eleito *Provedor* da veneranda instituição, em 25 de Julho de 1838. A função de *Provedor* representava o cargo máximo da *Santa Casa*, trazendo grande prestígio social ao seu ocupante. De acréscimo, José Clemente torna vitalício **(12)**, na prática, o cargo de *Provedor*, mantendo-se nessa função até o dia de sua morte, em 10 de Março de 1854.

As reformas que José Clemente propõe ao assumir a função de *Provedor* da *Santa Casa* são exatamente aquelas preconizadas pelos membros da *Academia Imperial de Medicina*. Os contatos que havia mantido com vários dos principais líderes da *Academia de Medicina* à época em que serviu como *Ministro Imperial* durante os surtos de febre que atingiram a região de Magé-Macacú em 1828-29, convenceram-no da eficácia dos métodos empregados pelos médicos. Ele acreditava que as idéias defendidas pela *Academia*, de criar unidades de tratamento especializadas por tipo de doença e altamente eficazes segundo os padrões científicos da época,

constituíam a inovação mais importante a ser implementada na *Santa Casa*. O seu desejo era transformar a *Santa Casa* em um hospital moderno e eficiente, para o qual acorreria a crescente população do Rio de Janeiro – especialmente os trabalhadores assalariados – em busca de serviços médicos confiáveis. Entre as idéias preconizadas pelos médicos da *Academia* estavam a mudança de local do cemitério, a criação de enfermarias separadas para as doenças contagiosas e a *construção de um espaço de tratamento específico para os alienados*.

Sem dúvida, até esse momento, o interesse e investimento do Governo em questões relativas à alienação mental eram, na prática, inexistentes. A situação dos então chamados alienados (a denominação técnica utilizada na época para designar os loucos) era de total precariedade, abandono e, mesmo, de brutalidade.

O crescimento demasiado rápido e desordenado da população do Rio de Janeiro e de seu espaço urbano, ocorridos com a transformação da cidade em capital do reino com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, acabaram repercutindo de forma extremamente negativa para a saúde geral da população, especialmente em termos de saúde mental. Isso fez aumentar o número de alienados confinados nas prisões e crescer a quantidade de casos recolhidos às horrorosas "enfermarias" da *Santa Casa da Misericórdia*. Posteriormente, Juliano Moreira, irá descrever assim as condições dos alienados mentais nesse período histórico:

"Através de todo o período colonial, os alienados, os idiotas, os imbecis foram tratados de acordo com as suas posses. Os abastados, se relativamente tranquilos, eram tratados em domicílio e às vezes enviados à Europa, quando as condições físicas do doente o permitiam, e aos parentes por si mesmos ou por conselho médico se afigurava eficaz a viagem. Se agitados, punham-nos em algum cômodd separado, soltos ou amarrados, conforme a intensidade da agitação. Os mentecaptos pobres, tranquilos, vagueavam pelas cidades, aldeias ou pelos campos, entregues às chufas da garotada, mal nutridos pela caridade pública. Os agitados eram recolhidos às cadeias, onde barbaramente amarrados e piormente alimentados muitos faleceram mais ou menos rapidamente. A terapêutica de então era a de sangrias e sedenhos, quando não de exorcismos católicos ou fetichistas. Escusado é dizer que os curandeiros e ervanários tinham também suas beberagens mais ou menos desagradáveis com que prometiam sarar os enfermos." (13)

Considerando a situação catastrófica encontrada, a *Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro* lançou, em 1830 (14), o que viria a tornar-se a primeira manifestação pública de protesto e repúdio contra a forma de tratamento cruel e desumana reservada aos alienados. O relator da Comissão, Dr. Cruz Jobim, salientava a imperiosa necessidade de modificar a forma de distribuição, de asseio e de tratamento dos insanos, assim como a *necessidade de construção de um asilo especial para os alienados* (15).

Nos anos subsequentes os protestos continuarão. Em 1835, o Dr. Sigaud assinalava no "*Diário de Saúde*" os inconvenientes do *livre trânsito* de alienados pela cidade, que, expostos à irritação dos garotos, chegavam até a cometer crimes (15). Por outro lado, em 1837, o Dr. Antonio Luís da Silva Peixoto, em sua tese intitulada "*Considerações Gerais sobre Alienação Mental*", apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, traça um perfil da situação em que se encontrava o tratamento da doença mental nos trópicos, tomando como referências teóricas fundamentais as obras de Pinel e Esquirol. Mas é, sobretudo, no que se refere às lamentáveis condições de tratamento a que estavam expostos os insanos do Rio de Janeiro e às precárias possibilidades de sobrevivência dos mesmos que as críticas do Dr. Antonio Peixoto revelam-se mais contundentes. Naquela época havia, segundo suas palavras, apenas dois métodos plausíveis para curar a alienação mental: o primeiro, denominado "*tratamento intelectual ou moral*", atuava diretamente sobre o cérebro, buscando modificar o órgão pelo exercício mesmo de suas funções; o segundo seria o "*tratamento físico ou médico propriamente dito*", fornecido pela terapêutica e que atuava de forma indireta sobre o cérebro. Entretanto, o fato indiscutível era que, até aquele momento, nenhum dos dois métodos havia sido posto em prática. Ao contrário, no lugar desses, persistia ainda o hábito bárbaro de mortificar os loucos e transportá-los acorrentados, apesar de tais métodos já terem sido abolidos em outros países mais avançados.

Não obstante, esses atos condenáveis ainda permaneciam correntes entre nós, o que poderia ser facilmente constatado visitando-se o *Hospital da Santa Casa da Misericórdia*.

Em relatório apresentado à *Santa Casa* em 25 de julho de 1840, precisamente dois anos após ter assumido o cargo de *Provedor* e apenas dois dias após ter sido decretada a maioria de D. Pedro II, José Clemente declara: "*Não sei que espírito de providência me inspira, a Chácara do Vigário-Geral há de um dia converter-se em hospício de alienados*" (16). Um ano depois, os pressentimentos caritativos do *Provedor* encontrariam sua realização.

Em 15 de Julho de 1841, três dias antes da Cerimônia de Sagração e Coroação do Imperador, José Clemente dirigiu o seguinte ofício ao *Ministro do Império*:

"O zelo de melhorar a sorte dos infelizes que, tendo a desgraça de perderem o juízo, não encontram nesta capital hospital próprio, onde possam obter tratamento adequado a sua moléstia, por serem insuficientes as enfermarias, onde são recebidos no Hospital da Santa Casa, me faz lembrar da necessidade de dar-se princípio a um hospital destinado privativamente para tratamento de alienados; e debaixo destas vistas dei princípio a uma subscrição aplicada ao dito fim, que monta já à quantia de 2:560\$000; e espero que hoje mesmo esteja elevada a mais, segundo informações de pessoas encarregadas de a promoverem em diversos lugares desta província. Felizmente os meus votos são hoje auxiliados por outra subscrição, que a comissão da Praça do Comércio desta Corte acaba de por à disposição de S. M. o Imperador para ser aplicada à fundação de um estabelecimento de caridade, que for mais de seu imperial agrado.

"E como nenhum outro possa ser mais importante; e S. M. o Imperador se dignasse de declarar-me que deseja ardentemente proteger esta Instituição, apresso-me em por à disposição do mesmo Senhor a sobredita quantia, que existe arrecadada, com a qual, junta à da subscrição promovida pela comissão da Praça do Comércio, se pode dar princípio à obra, na certeza de que a piedade dos fiéis lhe dará andamento com generosas esmolas.

"E como seja indispensável lugar salubre e apropriado, com terreno suficiente para as comodidades e larguezas que estabelecimentos de semelhante natureza exigem, poderá o referido estabelecimento fundar-se na chácara que a Santa Casa da Misericórdia possui na Praia Vermelha, denominada do Vigário-Geral, e onde existe já uma enfermaria de alienados, que têm obtido melhoramentos, e alguns até um total restabelecimento; e há a possibilidade de comprar-se uma casa para enfermarias de homens, que se vende por 6:000\$000. E porque em tais fundações a construção do edifício é pouco em comparação da despesa ordinária para o sustento dos estabelecimentos a Santa Casa da Misericórdia não terá dúvida em tomar esta a seu cargo, uma vez que se lhe confie a administração, como será de razão, e até conveniente, pois fornecerá o terreno e a subsistência futura do novo hospital; acresce que goza do merecido conceito de administrar bem seus estabelecimentos, que todos prosperam por uma maneira espantosa. Digne-se V. Ex. de levar todo o referido à soberana presença de S. M. o Imperador, para que haja por bem ordenar o que for mais do seu imperial agrado; e fará um ato que eternizará o fausto dia da sagração e coroação do mesmo augusto Senhor, a fundação de um hospital de alienados que poderia bem tomar a nome de Hospício de Pedro II. D. G. a V. Ex. Santa Casa da Misericórdia 15 de julho de 1841. Ilm. Exm. Sr. Cândido José de Araújo Viana, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. José Clemente Pereira."

Como parte das comemorações da coroação, o Conselho do Império, com o firme apoio do Ministro de Estado e Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, a fim de celebrar de forma marcante a ocasião, resolve criar o primeiro hospital psiquiátrico do Brasil (também da América Latina), o que foi determinado pelo *Decreto Imperial* nº 82. O novo hospício é batizado em homenagem ao jovem Imperador: começa assim a surgir o *Hospício de Pedro II* (17). Contudo, a pedra fundamental do que viria a ser o imponente prédio do novo hospício somente será lançada um ano mais tarde, precisamente no dia 5 de setembro de 1842.

Na verdade, como já foi demonstrado acima, havia motivos muito mais substanciais para a criação do *Hospício de Alienados* do que uma simples homenagem piedosa e desinteressada

ao novo Imperador. As razões eram múltiplas. Uma destas dizia respeito à disputa de poder médico-político entre a recém criada *Junta de Higiene Pública* e a poderosa *Santa Casa da Misericórdia*, representada por seu Provedor José Clemente Pereira e apoiada por importantes segmentos da *Academia Imperial de Medicina* (18). A *Junta*, em seu afã preventivo, estimulada pelo surgimento da epidemia de febre amarela, começava a incomodar benfeitores da *Santa Casa* proprietários de moradias alugadas ao proletariado da época. Essas casas precárias e provisórias eram consideradas pela *Junta*, logo depois dos *cortiços (casas públicas)*, como importantes focos de insalubridade, estando sujeitas, portanto, à interdição. Como é de costume, porém, acabou prevalecendo o poder econômico e político dominante (19). Após treze anos de serviço público, Francisco de Paula Cândido, primeiro presidente da *Junta*, acabou reconhecendo o equívoco de tentar empreender reformas *politicamente delicadas* sem antes contar com a necessária autoridade (20).

A estratégia que os dirigentes da *Santa Casa* propunham à cidade, como forma básica de saúde pública, contrastava fortemente com aquela preconizada pela *Junta de Higiene*. Tal estratégia, cujo desenvolvimento remontava aos primeiros tempos da *Sociedade de Medicina*, iniciando-se logo após 1830, envolvia uma série de debates centrados em torno da questão da eficácia do hospital e das questões de densidade de pacientes e especificidade de doenças. A estratégia da *Santa Casa* resumia-se praticamente a uma mera redefinição e reconstrução do seu velho *Hospital Central*. A partir de 1840, José Clemente, instituiu uma série de mudanças baseadas na remoção para outras partes do Rio de Janeiro de pontos chave focais de "*miasmas*" (o cemitério e as enfermarias de doenças contagiosas) e de "*caos*" (as enfermarias de alienados).

Como demonstração do poderio da *Santa Casa* em conquistar apoio imperial para seus projetos hospitalares, José Clemente consegue obter do governo imperial a autorização para uma série de loterias que foram de fundamental importância para a conclusão das etapas finais de construção do *Hospício de Pedro II*. O peso das loterias sobre a economia como um todo revelou-se de tal monta que outros projetos cruciais, como a capitalização da pequena indústria, que costumava ser, em parte, tradicionalmente financiada pelas loterias, sofreu forte prejuízo. O Ministro do Interior da época, Monte Alegre, observou que "... o número de loterias já concedidas é de tal ordem que estender qualquer suporte adicional [aos fabricantes] por esse mecanismo mostra-se praticamente impossível." (21) Por outro lado, o pânico provocado pela febre amarela, produziu um surto de doações direcionadas ao hospital, o que permitiu à *Santa Casa* levantar mais 567:044\$213 (quinhentos e sessenta e sete milhões, quarenta e quatro mil e duzentos e treze réis) a partir das doações feitas no rastro da epidemia (22). Em 5 de dezembro de 1852, onze anos depois de decretada a sua criação, o primeiro asilo do Brasil para portadores de transtornos mentais era inaugurado com grande pompa.

A inauguração do *Hospício* atraía grande multidão e contou com a presença tanto do Arcebispo do Rio de Janeiro quanto do próprio Imperador Pedro II (23). De acordo com a maioria dos relatos do evento, a satisfação com a arquitetura do prédio foi geral (24). A maioria dos presentes considerou o desenho arquitetônico do edifício adequado à grandeza de seu grande benfeitor e homônimo, o Imperador Dom Pedro II. O prédio ocupava, juntamente com seu parque e áreas de isolamento, um total de 140.000 metros quadrados (25). Pedro Calmon, no entanto, historiador do prédio, relata um certo ressentimento por parte de alguns benfeitores poderosos que, durante a etapa intermediária da construção, haviam ficado bastante agastados com o que consideravam um pórtico de desenho medíocre. O próprio Imperador decidiu entrar na disputa, persuadindo José Clemente a construir uma fachada mais substancial, de forma a manter as doações para o prédio. Este, por sua vez, tendo consultado sua equipe de arquitetos, fez adicionar um frontispício bem mais impressionante e dispendioso ao edifício, de modo a ampliar o efeito de grandiosidade tão desejado pela maioria dos benfeitores (26).

Certamente uma das características mais destacadas do novo asilo estava em sua *intenção de reabilitar* (27) os pacientes. As velhas enfermarias de alienados do *Hospital da Santa Casa* eram muito criticadas pelos médicos da época por conta da forma brutal de tratamento que era dado às pessoas lá confinadas. Pouquíssima atenção era concedida à prática da reabilitação, visto que a maioria dos pacientes recebia o "*tratamento*" cruel do *tronco* e dos espancamentos regulares. Em sua estratégia de convencimento do Imperador e de outros ricos benfeitores quanto à importância da construção do hospício, José Clemente desenvolveu seu argumento a partir de

duas premissas básicas: primeiro, como forma de remover os pacientes considerados insanos do hospital geral da *Santa Casa* para reduzir o caos que impedia a recuperação de outros enfermos (28); segundo, para permitir o desenvolvimento de um amplo programa de reabilitação para os pacientes transferidos para o asilo. No intuito de facilitar o desenvolvimento de tal programa, o provedor despachou para a Europa, em 1845, um médico chamado Antônio José Pereira das Neves, incumbido da missão de estudar detalhadamente o tratamento recebido pelos alienados na França, Bélgica, Alemanha, Inglaterra e Itália (29).

O relatório apresentado pelo médico ao retornar de sua viagem de pesquisa, estimulou seus colegas a planejarem o hospício em torno da idéia da *terapia ocupacional*. O primeiro diretor do Hospício, Dr. Manoel José Barbosa, estabeleceu diversas oficinas especializadas na manufatura de calçados, no artesanato da palha e na alfaiataria (30). Muitos dos 144 (31) pacientes inicialmente transferidos para o *Hospício* com capacidade para 350 (32) leitos participavam das oficinas. Entretanto, para se criar um ambiente propício à terapia em oficinas, o *Hospício* foi obrigado a impor aos pacientes uma disciplina de vida extremamente estruturada. Críticos do velho asilo constantemente denunciavam a promiscuidade existente, já que havia falha na segregação entre pacientes do sexo feminino e masculino. O *Hospício* retificou a situação reordenando o espaço: homens e mulheres foram colocados em lados opostos do prédio (33). As vantagens adicionais do novo reordenamento espacial logo tornaram-se evidentes. O espaço extra conquistado pelo *Hospício* foi de grande auxílio para os administradores alcançarem seu intento de acalmar os pacientes ao máximo.

O efeito global de tudo isso, particularmente para os visitantes, era o de causar uma impressão bastante favorável. Em uma visita surpresa à instituição, um observador estrangeiro de renome, o médico e paleontologista suíço radicado nos Estados Unidos Louis Agassiz (34), notou a serenidade evidente manifestada pelos pacientes que ele e sua esposa encontraram durante a breve estada no *Hospício*:

...“À medida que subíamos a espaçosa escadaria, um som de música nos guiava em direção à porta da capela, onde estavam sendo realizados os serviços da noite. Pacientes e enfermeiras achavam-se ajoelhados juntos; um coro de vozes femininas cantava suavemente um tipo de música calma e apaziguadora; aquele canto de certa forma monótono, impassível em seu movimento regular, que se costuma ouvir na Igreja Católica; as velas achavam-se acesas diante do altar, mas a enorme janela logo do lado de fora da porta estava aberta para o sol poente, e, enquanto permanecia na sacada observando as montanhas e ouvindo a música, ocorreu-me o pensamento de que uma mente que tivesse se extraviado poderia encontrar seu caminho de volta diante de cenas como aquelas e sob tais influências. Se a natureza detém o poder de curar, certamente deve manifestá-lo aqui.” (35)

A administração do *Hospício* tomava o máximo cuidado para assegurar que os visitantes, fossem eles estrangeiros como Agassiz ou benfeitores importantes da *Santa Casa*, tivessem uma boa impressão do que viam. O exterior magnífico do *Hospício* demonstrava o poder da ciência médica moderna (pelo menos de uma perspectiva arquitetônica), ao passo que as oficinas ressaltavam a eficácia dos métodos da instituição. A gerência do *Hospício* costumava franquear as oficinas a visitas regulares; uma loja de presentes oferecia itens manufaturados no asilo para serem vendidos (36).

Apesar de suas tentativas de usar a terapia ocupacional como meio de reabilitar aqueles considerados insanos, o *Hospício* continuava a praticar – com certos pacientes intransigentes – métodos tradicionais de violência e encarceramento como instrumento para controlar o comportamento considerado prejudicial ao bem-estar dos outros pacientes. José Ludovino da Silva, depois de assumir o lugar de Barbosa como diretor da instituição, em meados da década de 60, observou que um número significativo de pacientes mostrava-se incontrolável em sua tendência a “...promover confusão, desordem e anarquia...” no interior do asilo (37). Ele acrescentava que tais ataques de descontrole ameaçavam o progresso dos outros pacientes:

...*"Se isso ocorre em uma oficina de trabalho, os pacientes calmos são despertados, quase que por uma força magnética – trata-se de algo contagioso pelo exemplo; através da imitação eles também começam a tornar-se agitados e, assim, perturbam a ordem do trabalho e o regimento da disciplina."* (38)

Uma parte da instituição, nunca vista pelos visitantes, abrigava os pacientes difíceis (39). Celas de encarceramento (*quartos fortes*) reverberavam com os sons dos internos:

...*"à noite, perturbando a calma e o repouso de companheiros pacientes e funcionários, com gritos e berros e golpes violentos contra o assoalho. Tais celas precisam ser removidas para as partes mais extremas do prédio, longe do centro, onde o silêncio é uma das principais condições para o tratamento moral dos alienados."*(40)

Se "...isolamento, intimidação e outros meios coercivos" falhassem na correção dos piores perturbadores da ordem, o Hospício reservava *coletes de força* para eles (41).

Não obstante as contínuas dificuldades em manter a ordem no *Hospício*, os experimentos em terapia ocupacional mostraram-se valiosos por diversos aspectos. As oficinas do Hospício produziam, na verdade, bens e serviços de valor (embora limitados) para a economia local. Porém, de forma ainda mais importante, a instituição servia como lugar de treinamento para muitos trabalhadores desprovidos das habilidades necessárias para certos tipos de oportunidades de emprego no Rio. Por volta do final do século XIX, as oficinas ofereciam aos pacientes oportunidades para o aprendizado de habilidades em fundição de ferro, encanamento, engenharia elétrica, carpintaria, marcenaria, manufatura de colchões, tipografia e pintura (42). Empresas artesanais, que haviam tradicionalmente ficado dependentes, até certo ponto, dos trabalhadores fornecidos pelos *orfanatos* da *Santa Casa*, passam gradualmente a recorrer ao *Hospício* para obter trabalhadores e artesãos para os empreendimentos manufatureiros e industriais da cidade. É o *Hospício*, na verdade, que oferece uma das poucas oportunidades para o treinamento de trabalhadores qualificados no Rio de Janeiro da época.

Desta forma, o *Hospício* adquire uma importância significativa no desenvolvimento de *habitações para trabalhadores* no Rio – questão levantada pelas rigorosas inspeções sanitárias impingidas sobre as classes operárias durante a epidemia de febre amarela – ao fornecer um modelo inicial de paternalismo industrial que buscava criar um ambiente de trabalho controlado, livre da desordem "*causada*" pelo que muitos empresários acreditavam ser "*as deficiências morais*" das classes trabalhadoras da cidade. A construção de *vilas operárias* nos anos 80 do século XIX, embora motivada por fortes interesses capitalistas (43) e muito diferentes no que tange ao planejamento específico para a proteção do bem-estar moral e físico dos trabalhadores, incorpora, não obstante, o *valor* do isolamento dos trabalhadores qualificados e semi-qualificados de um ambiente urbano crescentemente caótico. Tendo em vista que um número progressivamente maior de beneméritos da *Santa Casa*, de elevada posição social, eram empresários da indústria, o modelo de eficiência e ordem promovido pelo *Hospício* tornou-se cada vez mais importante à medida que os capitalistas procuravam reduzir riscos para a produção causados por fontes inseguras de trabalho qualificado e semi-qualificado.

A iniciativa do Imperador vinha de encontro à tendência européia, consolidada no século XIX após o período do *Iluminismo* e da *Revolução Francesa*, de retirar os doentes mentais dos depósitos e espaços de reclusão onde eram abandonados, sujeitos a toda sorte de maus tratos e castigos, e tratá-los de acordo com os conhecimentos "*científicos*" da nascente psiquiatria e segundo os ideais humanitários de "*liberdade, igualdade e fraternidade*" expressos na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1791). Àquela época a psiquiatria ou medicina mental constituía vanguarda tanto na medicina em geral quanto no campo das reformas sociais e da saúde pública. A medicina mental tornou-se a primeira especialidade médica propriamente dita, sua primeira legislação específica (França-1838) antecedeu em meio século toda legislação referente às outras reformas sociais, e os médicos alienistas, por sua vez, constituíram o primeiro corpo de profissionais de saúde oficialmente designados e mantidos pelo Estado. Desta forma, era praticamente uma obrigação para qualquer governante "esclarecido" dedicar-se à criação de asilos para alienados e respeitar a "ciência" produzida pela nova medicina mental. Pedro II, com

sua vasta cultura e seu grande interesse pela ciência produzida na Europa, não admitiria ficar nos calcanhares dos governantes europeus: fato confirmado tanto pela riqueza arquitetônica do *Hospício* quanto pelo empréstimo de seu nome ao novo baluarte da ciência moderna.

Antes da fundação do *Hospício de Pedro II*, os loucos da capital do império eram recolhidos aos porões da *Santa Casa da Misericórdia* do Rio de Janeiro, onde ficavam geralmente trancafiados e em condições impróprias, insalubres e, além de tudo, freqüentemente custosas. Mesmo depois de inaugurado, o novo *Hospício* ainda manterá por várias décadas uma forte relação institucional com a *Santa Casa*.

Com os ventos científicos e humanitários vindos da Europa, particularmente da França, passa-se a procurar um local mais adequado para o recolhimento e tratamento específico dos loucos reclusos nas dependências da *Santa Casa da Misericórdia* e daqueles abandonados nas ruas. Dentro da lógica terapêutica da época, em que se buscava o isolamento do louco para melhor aplicar-lhe os modernos métodos de tratamento, a área existente entre a ponta da enseada de Botafogo e a Praia da Saudade (Praia Vermelha) acabou sendo a escolhida para a edificação do *Hospício*, visto que situava-se, àquela época, em região tranqüila e bem distante do centro urbano da cidade.

Em 05 de dezembro de 1852, onze anos depois de decretada a sua criação, entrava finalmente em funcionamento o *Hospício de Pedro II*, com 144 pacientes internados e tendo como seu primeiro diretor o médico Manoel Barbosa. A partir desse momento a psiquiatria no Brasil passa a ser admitida como especialidade médica, como já ocorria na Europa, e ganha seu local de prática efetiva. O corpo clínico tentava manter-se em sintonia com os escritos técnicos e as recomendações terapêuticas de Philippe Pinel e de seus principais discípulos e seguidores, os chamados Grandes Alienistas Franceses (Esquirol, Georget, Falret, Magnan e Morel, entre outros), fundadores e sistematizadores do novo saber técnico-científico sobre a loucura. O tratamento utilizado nesse período seguia os mesmos princípios que eram praticados na Salpêtrière e em Bicêtre, os famosos hospícios parisienses reformados por Pinel: era o que convencionou-se chamar de "*tratamento moral*", um conjunto de normas, diretrizes e procedimentos, nem sempre bem definidos, que buscavam, através da disciplina e do isolamento, a cura da alienação mental.

O *Hospício de Pedro II* atendia a todo o Estado do Rio de Janeiro e também ao de Minas Gerais, fato que o levou, rapidamente, a uma primeira crise de superpopulação, resolvida apenas com a criação das primeiras colônias (ver abaixo). Um decreto de 11 de dezembro de 1852 (três dias após a inauguração) aprovou os estatutos do *Hospício*. Segundo esse, havia três classes de pensionistas, com diferentes qualidades de hotelaria e de tratamento em função do pagamento realizado, a saber: 1ª classe - quarto separado com tratamento especial - 2\$000 (dois mil réis); 2ª classe - quarto para dois alienados com tratamento especial - 1\$600 (mil e seiscentos réis); 3ª classe - enfermarias gerais - pessoas livres (1\$000) ou escravos (\$800 - pagamento feito pelos donos). No entanto, apesar das pensões cobradas, os ditos "*loucos necessitados*" eram admitidos gratuitamente.

Em 11 de janeiro de 1890, com o Imperador deposto e exilado pela recém instaurada República, e trinta e sete anos depois de inaugurado, o *Hospício de Pedro II* foi rebatizado como *Hospício Nacional de Alienados*. Na mesma ocasião, e pelo mesmo Decreto nº 142-A, o *Hospício Nacional* foi finalmente desvinculado da *Santa Casa da Misericórdia*. Com a proclamação da República, transformava-se toda a estrutura do Estado brasileiro, e o hospício era incorporado ao recém criado *Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Em 15 de Fevereiro de 1890, através do Decreto nº 206-A, é criada a *Assistência Médica e Legal aos Alienados*, sendo a ela vinculado o *Hospício Nacional de Alienados* e anexadas as recém fundadas *Colônia de Conde de Mesquita* e *Colônia de São Bento* (hoje já extintas). Estas colônias, localizadas na Ilha do Galeão, atual Ilha do Governador, eram destinadas exclusivamente a alienados indigentes do sexo masculino. A principal razão para a criação das colônias era resolver os problemas de superlotação (de pobres e miseráveis, naturalmente) do *Hospício Nacional*, como já mencionado; entretanto, havia também um interesse terapêutico em oferecer novas formas de tratamento baseadas no trabalho, sobretudo em atividades de agropecuária e produção artesanal. Por volta dessa época, o modelo das *colônias agrícolas* começa a dominar em todo o mundo, sobrepujando o modelo asilar clássico dos primeiros alienistas.

Em 29 de junho de 1892 é aprovado o novo regulamento da *Assistência Médico-Legal aos Alienados*, estabelecendo duas categorias de doentes internados: pensionistas e gratuitos. No ano seguinte, em 07 de outubro de 1893 (Decreto nº 1.559), foi inaugurado o *Pavilhão de Observação* (vinculado ao *Hospício Nacional de Alienados*), destinado a receber doentes mentais gratuitos enviados pelas autoridades públicas, onde permaneciam à disposição da prática acadêmica. Ali, o Dr. Teixeira Brandão, Professor de Clínica de Psiquiatria e de Moléstias Nervosas da Faculdade de Medicina, pioneiro no ensino da psiquiatria no país, ministrava aulas e, bem mais tarde, no ano de 1939, no mesmo prédio seria criado o Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil: o IPUB (atual Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPUFRJ).

Também em 1902, o *Hospício Nacional* e as *Colônias* sofrem intervenção federal devido a irregularidades orçamentárias e administrativas denunciadas pela imprensa e comentadas pelo povo nas ruas. Em função do resultado de inquérito realizado por uma comissão composta pelos médicos Francisco Eiras, Salles Guerra e Antonio Maria Teixeira e pelo farmacêutico Silva Araújo, que propõe diversas mudanças, o diretor Dias de Barros é exonerado. Para as funções de *Diretor da Assistência Médico-Legal aos Alienados* e *Diretor do Hospício Nacional de Alienados* é nomeado, em 1903, Juliano Moreira, que acabava de retornar de uma viagem de estudos à Europa e era Professor Assistente da Cadeira de Clínica Psiquiátrica e Doenças Nervosas da Faculdade de Medicina da Bahia desde 1893 e Lente substituto da 12ª Seção de Clínica Psiquiátrica da mesma Faculdade a partir de 1896. Juliano Moreira havia sido Interno da Clínica Dermatológica e Sifilográfica da Faculdade de Medicina da Bahia em 1890, tendo concluído seu doutorado em 1891 com uma tese sobre *Sífilis Maligna Precoce*. Ao assumir a direção do *Hospício Nacional*, instala um laboratório de análises clínicas e institui a rotina de punções lombares para elucidação diagnóstica: procedimento fundamental na identificação da neurosífilis. A relevância da neurosífilis para o campo da saúde pública e da psiquiatria (sobretudo os quadros de *paralisia geral progressiva*) durante as primeiras décadas do século XX, aliada ao grande interesse de Juliano Moreira pelo tema, certamente tiveram influência na criação posterior do *Instituto de Neurosífilis*.

Durante 28 anos, até 1930, quando é destituído pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, Juliano Moreira irá ocupar o cargo de Diretor Geral do *Hospício Nacional de Alienados*. Sua liderança duradoura, aliada a uma obra prática e teórica importante, fazem-no passar a ser conhecido como *Mestre da Psiquiatria Brasileira*. Em 1916, tornar-se-á membro fundador da *Academia Brasileira de Ciências*. Com Moreira chega ao Brasil a escola psiquiátrica alemã, que vem dominar o espaço até então ocupado pela escola francesa de Teixeira Brandão. A influência exercida pela corrente alemã terá um impacto significativo na discussão etiológica das doenças mentais. Enraizada fortemente no biologicismo ou organicismo, a tradição alemã procurava explicar através de mecanismos predominantemente biológicos tanto a origem das doenças mentais quanto um grande número de fatores e aspectos raciais, éticos, políticos e ideológicos presentes em diversos eventos sociais.

Desde o início de sua gestão à frente do *Hospício Nacional de Alienados*, Juliano Moreira dedica-se à criação de novos asilos e à reorganização dos estabelecimentos existentes, revelando-se um defensor obstinado do novo modelo reformista das colônias agrícolas. Com ele inicia-se também a busca de legitimação jurídico-política da psiquiatria nacional, que obtém importante suporte com a promulgação da Lei nº 1.132, de 22 de Dezembro de 1903, a qual reorganiza a assistência aos alienados. Utilizando os argumentos de que o *Hospício* era insuficiente para as necessidades da assistência aos alienados do Distrito Federal e que as colônias agrícolas eram um excelente meio de assistência aos insanos, Juliano Moreira conclama por uma reforma urgente. Da mesma maneira, apresenta argumentos convincentes sobre a economia para o Estado, as vantagens terapêuticas para os doentes e a possibilidade de restringir a população do *Hospício* que o modelo das colônias seria capaz de propiciar. Com isso, pretendia persuadir o Poder Legislativo a liberar verbas para a "...*construção de um novo asilo-colônia onde fossem atendidas todas as exigências da psiquiatria moderna.*" (Moreira, 1905, *apud* Anônimo, 1922, p. 544)

Pressionado, simultaneamente, pelas críticas feitas por Juliano Moreira às instalações da *Colônia de São Bento* e pelos próprios frades da Ordem de São Bento, proprietários do terreno

onde se localizava a *Colônia*, o Governo decide adquirir a *Fazenda do Engenho Novo* em Jacarepaguá, para nela instalar uma nova colônia visando a transferência dos pacientes da Ilha do Galeão. Por outro lado, o espaço onde se situava a *Colônia de Conde de Mesquita*, na área conhecida como Ponta do Galeão, era também cobiçada pela Marinha, que nela queria instalar a sua recente Divisão Aérea. Este terreno é ocupado, atualmente, pela *Base Aérea do Galeão*. (Anônimo, 1922)

Em 1906, Juliano Moreira começa a desenvolver a idéia de *colônias familiares* e de uma nova modalidade de tratamento que denomina *assistência hetero-familiar*. Em sua análise, observa que o número crescente de doentes tornaria cada vez mais oneroso para o Estado a manutenção dos insanos nos hospícios e colônias, de tal modo que seria necessário recorrer à assistência familiar sempre que a condição do doente permitisse. Para ele, uma parcela considerável de alienados poderia ser submetida a essa forma de tratamento que, em sua opinião, representava "*a forma mais natural, mais livre, a melhor e a menos dispendiosa de cuidar de tais enfermos...*" (Moreira, 1906, p. 28-29). As colônias familiares, na concepção de Juliano Moreira, não acabariam com os estabelecimentos tradicionais (hospícios e colônias agrícolas), porém poderiam ser um dispositivo prático e pouco dispendioso para interromper o crescimento incessante dos mesmos. Preconiza que as colônias familiares sejam estabelecidas somente na proximidade de colônias agrícolas bem organizadas, tendo em vista as condições sociais da época. Assim como as colônias agrícolas proporcionavam não uma liberdade verdadeira mais a "*ilusão de liberdade*" (44), da mesma forma a *assistência hetero-familiar*, ao criar para o doente uma *família substituta*, produzia simetricamente uma "*ilusão de família*".

Em 1911, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores reorganiza a *Assistência a Alienados*. Juliano Moreira, já renomado por seu trabalho no *Hospício Nacional*, é nomeado *Diretor Geral de Assistência a Psicopatas (Alienados)*. Neste mesmo ano, o Decreto 8.834, de 11 de junho, cria a *Colônia de Alienadas (Psicopatas) do Engenho de Dentro* com o objetivo inicial de receber pacientes indigentes do sexo feminino que seriam transferidas do *Hospício Nacional de Alienados*. Novamente o motivo principal da criação da colônia é a superlotação de mulheres pobres no *Hospício Nacional*. A Colônia é localizada em terreno cedido pela Marinha, em local onde existiam pavilhões para tratamento de portadores de beriberi, sendo realizada a troca por um terreno no Andaraí. Neste terreno será construído, mais tarde, o atual *Hospital do Andaraí*. O primeiro diretor da *Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro* foi o Dr. Simplício de Lemos Braule Pinto. A princípio foram feitas algumas poucas adaptações no estabelecimento existente para receber cerca de 200 pacientes. Entretanto, no ano seguinte (1912), foi realizada uma ampliação geral de todos os serviços, construindo-se um novo pavilhão para receber mais 200 mulheres.

Em 18 de setembro de 1918, tendo Braule Pinto falecido, Gustavo Riedel assume a direção da *Colônia do Engenho de Dentro*, passando a imprimir uma série de transformações na instituição e influenciando bastante na ideologia da assistência psiquiátrica do país à época. Por iniciativa sua, logo em 1918, é criado o primeiro ambulatório psiquiátrico do Brasil e da América Latina na *Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro*, batizado como "*Ambulatório Rivadávia Correa*". Riedel tinha como lema "*que o momento não permite que um serviço de alienados permaneça com seu objetivo limitado a depósito de doentes crônicos*". Todavia, apesar do empenho de Riedel, o número de mulheres internadas na *Colônia de Alienadas* ainda alcançava, em 1919, um total de 389, chegando a 500 uma década mais tarde, sem computar os pacientes tratados no ambulatório e nos "serviços abertos" (ver abaixo).

Embora a atenção aos doentes mentais da época ficasse praticamente restrita ao interior dos asilos, a experiência do ambulatório do Engenho de Dentro pode ser vista como uma exceção à regra. Sua proposta assistencial, com forte influência da escola alemã introduzida por Juliano Moreira e do higienismo da época, não se limitava apenas a acompanhar os pacientes mas também visava promover o "*aconselhamento genético*" como forma de prevenir os distúrbios mentais.

Outra experiência assistencial desenvolvida por Gustavo Riedel no Engenho de Dentro, e que chama a atenção, é a dos chamados "*serviços abertos*". Os relatos da época reconhecem sua importância tanto por seu caráter inovador quanto pelo fato de terem sido precursores de serviços semelhantes desenvolvidos posteriormente na Europa. Tais *serviços abertos* acolhiam

pacientes que não necessitavam de internação ou que precisavam apenas de internações de curta duração, as quais eram realizadas em enfermarias com poucos leitos (oito ou menos) ou em quartos com dois leitos. Um pavilhão próprio era destinado a esse serviço aberto (*Pavilhão Presidente Epitácio*), contando com enfermarias, quartos, refeitório próprio e jardim interno. Em geral, as pacientes tratadas nesses espaços eram portadoras de doenças mentais agudas curáveis ou toxicomanias.

Ainda durante a administração de Gustavo Riedel, em 1921, foi fundada uma "escola de enfermeiras" anexa à Colônia. A criação da escola, aproveitando o que estava disposto no Decreto 791, de 27 de setembro de 1890, conta com o firme apoio do então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Alfredo Pinto. Desta forma, surge a *Escola de Enfermagem Alfredo Pinto*, que passa a prestar serviços não apenas aos departamentos da *Assistência a Psicopatas* como a vários outros departamentos de assistência pública e privada do Distrito Federal e de outros Estados da Federação (45).

Também em 1921, inspirado pelo trabalho de Juliano Moreira e aproveitando a criação da escola de enfermagem, Riedel implanta na *Colônia de Alienadas* o Serviço de *Assistência Familiar*, construindo 11 casas para serem arrendadas a famílias de enfermeiras que aceitassem cuidar de duas ou mais pacientes, as quais passariam a conviver com os familiares das enfermeiras exercendo atividades domésticas. Embora esse programa houvesse sido concebido como "*estado intermediário entre a internação e a sociedade*", não teve grande desenvolvimento e não se sabe precisar quando foi abandonado. O projeto havia iniciado de forma grandiosa, com a perspectiva de construção de uma "*grande vila*" que resultaria na extensão da área pertencente à *Colônia de Alienadas* até o alto do morro nos seus arredores.

O Decreto nº 17.805, de 23 de Maio de 1927, aprova o novo regulamento para a execução dos serviços de assistência a psicopatas no Distrito Federal. Em 1934 é criado o *Conselho de Proteção aos Psicopatas*. Dele faziam parte: um Juiz de Órfãos, o Juiz de Menores, o Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Diretor de Assistência a Psicopatas, os Professores Catedráticos das clínicas de psiquiatria, neurologia, medicina legal, medicina pública e higiene da Universidade do Brasil. A Lei 378, de 13 de Janeiro de 1937, reestrutura o Ministério da Educação e Saúde (que havia recebido do Ministério da Justiça e Negócios Interiores a responsabilidade pelos "psicopatas"), estabelecendo a relação dos órgãos que compunham o *Serviço de Assistência a Psicopatas*, a saber: *Hospital Psiquiátrico da Praia Vermelha* (herdeiro da maior parte dos prédios, equipamentos e acervo do antigo *Hospício Nacional de Alienados*); *Instituto de Neurosífilis* (precursor do atual *Instituto Philippe Pinel*); *Colônia Juliano Moreira*; *Colônia Gustavo Riedel* (atual *Centro Psiquiátrico Pedro II - CPP-II*); *Manicômio Judiciário*.

Com a transferência do antigo *pavilhão de observação* para a Universidade do Brasil em 1939, criando o Instituto de Psiquiatria (IPUB), o *Hospital da Praia Vermelha* passou a receber todos os doentes mentais indigentes, o que acabou por produzir uma segunda crise de superpopulação de internos. O prédio inaugurado por Pedro II estava decadente, mal conservado, e não tinha condições de abrigar os 3.000 doentes lá internados. Ao invés de reformar o prédio, o governo resolveu investir na *Colônia Juliano Moreira* e no *Hospital do Engenho de Dentro*. Em Janeiro de 1944 iniciou-se a transferência de pacientes para o *Hospital Pedro II*, no Engenho de Dentro. Em Agosto, é a vez do *Hospital Gustavo Riedel* receber os primeiros 60 pensionistas do *Hospital da Praia Vermelha*. Por fim, em setembro, concluiu-se a transferência dos internos da Praia Vermelha para outros hospitais. É criado o *Serviço Nacional de Doenças Mentais* do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde, com a competência de assistir, distribuir e internar doentes mentais no Distrito Federal e realizar pesquisas e estudos sobre as psicopatias.

Com a desativação do *Hospital da Praia Vermelha* na década de quarenta, apenas o *Instituto Philippe Pinel* e o *Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB)* permanecem no antigo terreno pertencente ao *Hospício de Pedro II* e hoje ocupado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo ambos herdeiros de setores especializados do velho *Hospício*, respectivamente, do *Hospital de Neurosífilis* e do *Pavilhão de Observação*.

Mas por que estamos falando tanto do *Hospício de Pedro II* ? Porque além de ser o marco fundador da psiquiatria brasileira, foi com ele que se iniciou a ocupação dos terrenos na orla da enseada de Botafogo. Até hoje o prédio original do *Hospício de Pedro II* ainda existe,

parcialmente restaurado, na esquina das Avenidas Venceslau Brás e Pasteur, estendendo-se em direção à Praia Vermelha (antiga Praia da Saudade) na Urca. A Universidade instalou-se no local em 1949 e lá permanece até hoje, mesmo depois da criação do *Campus Universitário do Fundão*. O *Instituto de Neurosífilis* foi criado em 1937 como órgão do *Serviço de Assistência a Psicopatas* do Ministério da Educação e Saúde, tendo seu nome alterado para *Hospital de Neurosífilis* em 1944.

Foi somente em 1965, por um decreto do então presidente Castelo Branco, primeiro dos generais que governaram o país (1964-1966) após o golpe militar de 64, que o antigo *Hospital de Neurosífilis* passou a chamar-se *Hospital Pinel* e a funcionar como *pronto socorro psiquiátrico da zona sul* da cidade do Rio de Janeiro. A mudança de nome e de função assistencial refletiam dois aspectos importantes à época: a redução significativa do impacto epidemiológica da sífilis (e, portanto, da neurosífilis) como problema de saúde pública; e o surgimento da concepção de atendimento às emergências psiquiátricas como proposta assistencial inovadora, capaz de intervir nas situações de "crise" e evitar internações. Tratava-se de uma idéia baseada no então "aparente" sucesso do *preventivismo* americano da era Kennedy. Com essas mudanças, e ao contrário do que se esperava, o afluxo de pacientes ao *Hospital Pinel* não parou de crescer, tornando necessária a ampliação das suas instalações. Em 1968 inaugurou-se um novo prédio, construído após a demolição do pavilhão original, e, um ano depois, outra construção foi erguida, transformando o *Hospital Pinel* num conjunto arquitetônico de três edifícios.

Em 15 de julho de 1985, o então *Hospital Pinel* passou a chamar-se *Hospital Dr. Philippe Pinel*, de acordo com a portaria nº 481, do Ministro da Saúde Carlos Santana. Nesta ocasião houve apenas uma simples alteração do nome da instituição, sem nenhum reflexo sobre sua estrutura ou seu funcionamento. A mudança de nome havia sido solicitada, em carta endereçada ao Ministro, por uma cidadã brasileira parente distante de Philippe Pinel, que indignada com o fato de a palavra "*pinel*", sobrenome honroso de sua família, ter adquirido sentido ofensivo e estigmatizante, tornando-se vocábulo sinônimo de *louco*, instava o Ministério da Saúde a acrescentar à denominação do hospital o nome completo de Philippe Pinel e seu título médico de doutor. Com isso esperava que a população, mais bem informada, deixasse de utilizar o termo "*pinel*" com essa conotação pejorativa.

Por fim, em 24 de Outubro de 1994, através da portaria ministerial 1.805, assinada pelo Ministro da Saúde Henrique Santillo, é criado o *Instituto Philippe Pinel*; desta feita resultando não apenas em mudança de nome, mas na aprovação de novo *Regimento Interno*, atribuindo à Instituição funções adicionais de *Ensino e Pesquisa em Psiquiatria e Saúde Mental*, e no estabelecimento de compromisso do novo Instituto com os princípios de *Reorientação da Assistência Psiquiátrica* (Reforma Psiquiátrica) contidos nas recomendações e declarações emitidas pelos Organismos Internacionais de Saúde, pelas Conferências Nacionais e Internacionais de Saúde e pela *Carta de Princípios e Direitos* elaborada pela própria comunidade interna da instituição.

Em 1º de Janeiro de 2000, através de *Termo de Cessão* firmado em 28 de Dezembro de 1999, o *Instituto Philippe Pinel* deixa de ser *Unidade Federal*, passando a ser administrado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, tornando-se Unidade Própria da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

NOTAS:

1 - Por volta de meados da década de 30 do século XIX (1830-1840), a maioria dos observadores (incluindo críticos severos da coroa), começavam a demonstrar preocupação com o fato de que a descentralização do poder público ocorrida após a abdicação de Pedro I e acentuada com a predominância política dos liberais, estava tornando o Brasil vulnerável à anarquia. Na ausência de uma autoridade imperial forte, muitos novos atores políticos emergiram e se aproveitaram das estruturas municipais relativamente fracas por todo o país, gerando todo tipo de revoltas e insurreições. Entre estas podemos destacar a *Guerra de Cabanos* em Pernambuco (1832-1835), a *Cabanagem* no Pará (1835-1840), a *Sabinada* na Bahia (1837-1838), a *Balaçada* do Maranhão (1838-1841) e a *Revolta Farroupilha* (1835-1845) no Rio Grande do Sul, revelavam uma nação à

beira do colapso político e da guerra civil generalizada. Assustavam, sobretudo, a *Guerra de Cabanos* e a *Revolta Farroupilha*, pois manifestavam explícitas intenções separatistas. As guerras de secessão ocorridas na América Espanhola e suas consequências representavam um exemplo concreto do que poderia ocorrer no Brasil. Estes fatos acabaram produzindo um recuo do movimento liberal e um retorno da influência dos conservadores no poder. Uma descrição mais pormenorizada dos acontecimentos do período podem ser vistos na tabela abaixo:

AGITAÇÕES E REVOLTAS DO PERÍODO REGENCIAL:

NOME	LOCAL	DATA	OBSERVAÇÃO
SEDIÇÃO MILITAR	RIO DE JANEIRO	03 DE ABRIL DE 1832	SEM VÍTIMAS
ABRILADA	RECIFE	14 DE ABRIL DE 1832	*****
CABANADA	PERNAMBUCO	1832	7.000 ENVOLVIDOS
SEDIÇÕES	PARÁ	ABRIL-JUNHO DE 1832	MUITAS VÍTIMAS
LEVANTE MILITAR	BAHIA	27 OUTUBRO DE 1832	INCRUENTO
ATENTADO A EVARISTO DA VEIGA		8 DE NOVEMBRO 1832	NÃO CONSUMADO
SEDIÇÃO FEDERALISTA	BAHIA	FEVEREIRO DE 1832	NÃO TERMINOU.
REVOLTA DE ABRIL	BAHIA	1833	CONTINUAÇÃO
REVOLTA SERTANEJA	ALAGOAS	NÃO DELIMITADA	LÍDER: VICENTE DE PAULA- 15.000 VÍTIMAS
SEDIÇÃO MILITAR DE OURO PRETO	MINAS GERAIS	MARÇO DE 1833	*****
COMBATES DE RUA	PARÁ	ABRIL DE 1833	*****
MATA-BICUDOS	MATO GROSSO	31 DE MAIO DE 1834	CONTINUOU
MATA-BICUDOS	MATO GROSSO	4 DE SETEMBRO 1834	*****
REVOLTA DOS CABANOS	PARÁ	1835	40.000 VÍTIMAS
BALAIADA	MARANHÃO	1838-1845	11.000 ENVOLVIDOS; 5000 MORTOS
REVOLTA DOS MALÊS	BAHIA	1835	REBELIÃO NEGRA
CARNEIRADA	PERNAMBUCO	JANEIRO DE 1/835	*****
SABINADA	BAHIA	1837-1838	1.200 MORTOS
FARROUPILHA	RIO GRANDE DO SUL	1835-1845	20.000 COMBATENTES
REVOLTA DOS BEM-TE-VI	PIAUI	FEVEREIRO DE 1840	*****

(Fonte: Eduardo José Reinatto, *O Pêndulo Liberal: A Regência como Laboratório Político*)

2 - José Bonifácio é substituído na tutoria pelo *Marquês de Itanhaém*, mas este prefere confiar o encargo a Frei Pedro de Santa Mariana e Sousa, mais tarde bispo de Crisópolis. Em 1839, Cândido José de Araújo Viana passa a fazer parte do rol de professores do jovem monarca, vindo a tornar-se mais tarde *Visconde de Sapucaí*. A ele se atribui importante influência na atitude do jovem imperador de apenas 15 anos, quando este, concordando em receber a delegação parlamentar que lhe fora indagar se desejava esperar mais três anos ou assumir desde logo o poder, decidiu-se pela segunda alternativa. O mesmo Cândido José de Araújo Viana é quem ocupa também o cargo de *Ministro do Império* à época da sagração e coroação de Dom Pedro II, como podemos observar nos documentos da época.

3 - "Nenhum outro momento da história brasileira talvez carregue tantas alternativas quanto o período regencial. Delimitado pelos anos de 1831 e 1840, e de igual maneira por dois golpes, a saber: 1831, o *golpe da abdicação*; 1840 o *golpe da maioria*. A própria prática golpista já nos mostra uma das características que fazem deste período o que poderíamos chamar de o "laboratório político da história brasileira". A idéia da *Regência* enquanto laboratório político advém do fato de pensarmos este período como um momento de experiência republicana; como o momento em que pela primeira vez os brasileiros tentaram resolver autonomamente seus destinos políticos. Vemos na *Regência* o momento em que as experiências descentralizadoras e centralizadoras foram colocadas sob avaliação. Dentro de uma análise recorrente da história podemos perceber, no período regencial, toda uma síntese "avant la lettre" do que viria a ser a vida política brasileira. As tentativas de avanço liberal e os retrocessos em nome da ordem predominaram sempre em nossa história. A isto se soma a prática de controle e modificação política instaurada pela prática golpista, da qual a *Regência* é fruto" (in Eduardo José Reinatto, O

Pêndulo Liberal: A Regência como Laboratório Político.

4 - O reinado de D. Pedro II, que se prolonga até o advento da República (15 de Novembro e 1889) e que dura cerca de 50 anos, inicia-se, assim, "pendularmente", com uma vitória do Partido Liberal sobre o Conservador, ambos constituídos em 1837, ano da chamada "reação" ou "regresso" dos conservadores ao governo. Os liberais, buscando a todo custo seu retorno ao poder, vêem na antecipação da maioria do Imperador uma oportunidade ímpar (os próprios conservadores aguardavam ansiosamente a maioria de Pedro II), ainda mais quando essa campanha pela maioria tinha o apoio tanto das elites burguesas e aristocráticas quanto do povo em geral. Desta forma, não hesitaram os liberais em arriscar-se no terreno pantanoso do golpismo, visto que a antecipação da maioria não encontrava amparo legal na *Constituição*. Chegaram a criar ou patrocinar uma trova popular que circulava amplamente pelas ruas: "*Queremos Pedro II, Embora não tenha idade; A nação dispensa a lei, E viva a maioria!*". Conseguem o seu intento: a maioria precoce é decretada. Mas a vitória dos liberais é efêmera e deixará sequelas políticas nessa associação espúria entre progressismo e estratégia golpista. Um ano depois os conservadores já estão de volta ao poder, adotando medidas que significavam a disposição de não entregar tão cedo a direção do país. Essas medidas, como a criação do *Conselho de Estado* e a reforma do *Código de Processo Criminal*, entre outras, consideradas reacionárias pelos liberais, motivaram a Revolução de 1842, circunscrita a Minas Gerais e São Paulo. Ao mesmo tempo, continuava a rebelião no Rio Grande do Sul, praticamente isolado do Império desde 1835. A pacificação dos *Farrapos* se efetivará, logo depois, numa situação liberal (1845), mas o retorno dos conservadores conduz novamente o país à agitação em Pernambuco, com o *Movimento Praieiro* (1848). A esta altura, porém, já então com 23 anos, D. Pedro II não permanecerá mais um simples espectador dos acontecimentos, inicia ele próprio o trabalho de articulação e acomodação política, sem distinguir fronteiras partidárias nas nomeações para o *Conselho de Estado* ou para a presidência das províncias. Honório Hermeto Carneiro Leão, depois *Marquês do Paraná*, que havia sido antimaiorista, encarnará o espírito de conciliação, quebrando as últimas resistências dos conservadores.

5 - Pedro Calmon descreve-nos assim o cenário histórico em que se inscreve esta "maioridade antecipada" de Pedro II: "...*Não esqueçamos nessa visão geral do mundo em 1840 a perspectiva ideológica. Ficara para trás a Europa feudal, com os privilégios, dissolvidos ao fogo das revoluções, e a reação estéril. Mas o liberalismo contratara com a tradição e o dinheiro um "modus vivendi": cristalizara-se em realeza representativa ou em república oligárquica, cuja fórmula comum era o poderio burguês da finança, o império econômico. A epopéia napoleônica esgotara – dizia-se – a capacidade romana de marchas e invasões, cujo ciclo se encerrara alegoricamente em Waterloo. O fracasso da Santa Aliança desbaratara, por outro lado, a hipótese de uma coalisão policial de Estados a limitar os desregrados nacionalismos. Cada país vovera a dispor de si mesmo, nas angústias de um isolamento soberano; e o familiar guarda-chuva de Luiz Filipe cobriu amavelmente os sustos do comércio, os receios da nobreza, as impaciências populares, a metamorfose social. Desacreditara-se a violência. O mais que a paixão das armas conseguira, naqueles dias plúmbeos de tédio ("la France s'ennuie", "plus bête que la paix", "grandeurs et servitudes...") foi o esplendor de um enterro: a "volta das cinzas". Nessa restituição ao pantheon do gênio desterrado, em que o passeio dos "inválidos" teve o caráter poético de uma reminiscência e as bandeiras de cem batalhas drapejaram teatralmente no ares festivos, havia um desagravo e uma conclusão. Cocluía-se o processo do passado; resgatava-se a sua iniquidade. Porém as forças que agitavam o universo eram outras forças, agora sistemáticas, disciplinadas, criadoras: as da utilidade. Bentham substituíra Rousseau; Saint Simon sucedera Voltaire; Comte ia adiante de Montesquieu, de Diderot, de Mably; e, por toda parte, a luta se esboçava entre a nova cidade, das usinas, e a cidade velha, das leis. A crise anterior, confessada por Balzac, por Dickens, Sue, Hugo, Stendhal, desdobrava os seus quadros por um mundo em transição, das idéias para os atos, da ênfase verbal para a remoção das estruturas, a reforma de base. O Brasil sofrera na carne essa variação climática. Habitara-se a confundir a monarquia com a estabilidade, a integralidade, a tranquilidade; e como a recebera em 1808 (o destravamento de suas peias coloniais), em 1822 (a independência*

com a ordem e a unidade), em 1831 (a regência em nome do imperador menor), a aplaudiu e quis em 1840. Acabava com o separatismo provincial, a agitação intermitente, as revoltas, o prurido caudilhesco, que nas cores gitanas levava a marca das mesmas tendências que deviam ser absorvidas pela educação das elites, pelo predomínio civil da autoridade: o personalismo regional, o federalismo extremado, o senso heróico da ilegalidade, a superação do patriotismo pelo municipalismo. É calcular a veemência com que a praça do Rio de Janeiro, centro natural dos interesses daquela sociedade alarmada, aderiu à maioria prematura de D. Pedro II. O golpe de Estado tem indícios de uma conjuração de bom senso, de uma coligação de sentimentos universais, contra a fatigante desordem, que cançava – inconsequente – os próprios paladinos. Imaginado pela oposição cujas tintas radicais a isentavam de cumplicidade com as formas "retrógradas" da organização; forjado no segredo das combinações astutas e propagado no seio do próprio governo, que se rendeu ao clamor das ruas; entregue a exaltação tribunícia e ao entusiasmo do povo como uma solução milagrosa; apoiado à aquiescência inocente do pequeno imperador, que concordou discretamente com essa revolução branca - o golpe da maioria foi como um convite ao conagraçamento dos partidos. E significou materialmente para o país o advento de outra época: a retomada de uma experiência administrativa que lhe consolidaria a união, tracejando, em grandes linhas, a sua civilização urbana, agrária, parlamentar, intelectual, obra imensa que o império legou à república." (Pedro Calmon. *O Palácio da Praia Vermelha* - Universidade do Brasil - Rio de Janeiro, 1952: 8-10)

6 - Roberto Machado. *Danação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal (1978: 284).

7 - José Clemente Pereira nasceu em 17 de fevereiro de 1787, em Trancoso, Bispado do Pinhel, em Portugal. Estudou na Universidade de Coimbra, onde graduou-se em Direito e Cânones. Durante a invasão napoleônica, em 1809, lutou como soldado do Batalhão Acadêmico, cujo comandante era José Bonifácio de Andrada e Silva, chegando a tornar-se oficial. Para não se manter longe do centro da Monarquia, José Clemente veio para o Brasil no rastro da Corte portuguesa, chegando ao Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1815. Na capital viveu alguns anos praticando a advocacia até iniciar sua carreira pública e política. Com certeza, poucos bacharéis no Rio de Janeiro daquela época poderiam se vangloriar de uma juventude posta à prova por tantos sacrifícios.

8 - Diversas são as ilustrações do pendor filantrópico de José Clemente. Um dos episódios utilizados para traduzir sua natureza caridosa é o da corveta portuguesa *Flor de Luanda*, que foi aprisionada por um navio inglês com 85 escravos destinados à venda. O Provedor candidatou-se a ficar com a "carga", condoído com a situação. Foi feito um contrato, através do qual Clemente Pereira comprometia-se a alimentar, vestir e curar, às custas da *Santa Casa da Misericórdia*, os escravos, sem qualquer exigência de indenização futura.

9 - Com a criação por D. João VI da *Vila Real da Praia Grande*, em 10 de maio de 1819, José Clemente Pereira foi nomeado juiz de fora (seu primeiro cargo público), e encarregado do plano da respectiva povoação. Com a instalação da *Vila Real*, em 11 de agosto de 1819, José Clemente assume o comando político, como presidente da Câmara, juntamente com os companheiros de trabalho, os vereadores Pedro Henrique da Cunha, João Brito e Quintiliano Ribeiro de Magalhães. Cumprindo a tarefa de ordenar e organizar o espaço urbano da *Vila Real*, dedica-se a alinhar e medir todo o terreno, abre ruas e praças, abastece de água a população, constrói uma capela para matriz, que foi posteriormente demolida quando da edificação da nova paróquia, e faz o arruamento da *Estrada Real* e, posteriormente, da *Estrada do Imperador*, que corta São Gonçalo, então primeiro distrito da *Vila Real da Praia Grande* (mais tarde sexto distrito de *Nictheroy*). O alinhamento regular e simétrico do centro histórico da cidade de Niterói até hoje revela o zelo e a inteligência do primeiro juiz de fora da *Vila Real da Praia Grande*.

O "*Ato Adicional*", de 12 de agosto de 1834, criou uma situação excepcional para os anseios de progresso da *Vila Real da Praia Grande*. Alcançada a verdadeira autonomia da província do Rio

de Janeiro e com administração autônoma, foi eleita a primeira *Assembléia Provincial* com os deputados convocados pelo presidente – Joaquim Rodrigues Torres, futuro *Visconde de Itaboraí*, na *Vila Real da Praia Grande*. Personalidades desta assembléia: Evaristo da Veiga, Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Francisco da Chagas Werneck, Caldas Viana, Paulino José Soares de Sousa (*Visconde de Uruguaí*) e Joaquim Rodrigues Torres. Nesta assembléia esses homens organizaram a administração definitiva da Província do Rio de Janeiro. Das primeiras leis votadas foi a localização da capital da província. A escolha feita foi a *Vila Real*, sede provisória que passou a categoria de cidade pela Lei número 6, de 28 de março de 1835, com o nome de Niterói (*Nictheroy*). Assim vemos a presença marcante de José Clemente Pereira em dois momentos fundamentais da constituição histórica da atual cidade de Niterói. Em 1840, de modo a recompensar-lhe por sua relevante contribuição à cidade de Niterói, a Câmara Municipal resolve dedicar-lhe uma rua com a seguinte declaração: "*Dedicada ao Illm. Exm. Sr. José Clemente Pereira como primeiro juiz de fora, creador e edificador da villa, e pelos muitos benefícios de que lhe é devedora essa cidade*". A rua recebeu o nome de São José.

Por conta de seus serviços na *Vila Real*, Dom João VI concedeu-lhe o *Hábito da Ordem de Cristo*. Também por merecimento, foi transferido em 1820 para a vara da Capital, com a responsabilidade adicional de presidir o *Senado da Câmara*. Em 30 de maio de 1821, foi nomeado juiz de fora da Corte.

Em 5 de Junho de 1821, diante da exigência feita pela Divisão Portuguesa para que o Príncipe Regente Dom Pedro jurasse as bases da Constituição Portuguesa, nomeasse uma comissão militar para o mando das armas, e uma Junta Governativa responsável perante as Cortes Portuguesas, José Clemente Pereira, então Presidente do *Senado da Câmara*, demonstrou grande energia nesse dia de sedição, opondo-se tenazmente às exigências do partido português. Por este ato de civismo, recebeu um documento assinado por seus colegas elogiando sua coragem e dedicação. A essas primeiras exigências feitas a Dom Pedro seguiram-se outras, através de uma série de leis e ordens emanadas de Lisboa, cada qual mais caprichosa e provocante, culminando nos dois famosos decretos de setembro: um, suprimindo os tribunais que Dom João VI criara; o outro, chamando o príncipe para a Europa, sob qualquer fútil pretexto, e determinando que, para toda a administração da província se formasse uma Junta, dependente de Lisboa, como se fizera nas outras províncias. Estes decretos tiveram o efeito de um desafio formal atirado aos brasileiros. Porém, ao ignorar e resistir reiteradamente às pressões para que retornasse a Portugal, Dom Pedro conquistara importante apoio do crescente movimento nacionalista, que reunia tanto brasileiros quanto portugueses imigrantes (os *nativistas* e os *marotos*). Os chefes do partido nacionalista lançaram-se abertamente na resistência às ordens da metrópole. Trataram, antes de tudo, de impedir a partida do príncipe. Fizeram vir representações populares de outras províncias importantes, pedindo a Dom Pedro que não partisse, e que tomasse a si a defesa dos brasileiros. A 29 de dezembro de 1821, por intermédio do *Senado da Câmara*, foi dirigida ao Regente uma patriótica mensagem, assinada em poucos dias por milhares de cidadãos. Foi assim que em 9 de Janeiro de 1822, partindo do *Consistório* da igreja de *Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos*, onde funcionava desde 1809 o *Senado da Câmara*, dirigiu-se José Clemente Pereira, presidente daquela elevada *Casa*, juntamente com seus pares e seguido de enorme massa popular, ao *paço da cidade* e à presença do Príncipe Regente Dom Pedro levando-lhe uma representação popular com 8 mil assinaturas, redigida por Frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio, pedindo-lhe que ficasse no Brasil, contrariando as ordens recebidas de Portugal. A comitiva foi solenemente recebida pelo Príncipe Regente, a quem José Clemente Pereira, depois de ler um discurso enérgico e patriótico, fez a entrega das representações. Dom Pedro, muito comovido, depois de hesitar um instante, deu a resposta que se tornou legendária: "*Como é para o bem de todos e a felicidade geral da nação, diga ao povo que eu fico*". Episódio que ficou conhecido na história do Brasil como o *Dia do Fico*. Consta que foi José Clemente quem anunciou ao povo a resposta do Regente do Brasil. Nos dias que se seguiram, as tropas leais a Portugal foram obrigadas a retornar à Lisboa, ao mesmo tempo em que tropas de reforço que chegavam foram impedidas de desembarcar. Poucos tempo após tomar a decisão de permanecer no Brasil, o Príncipe Regente

instituiu um Ministério composto quase que inteiramente por portugueses, com uma única mas importante exceção: José Bonifácio de Andrada e Silva, brasileiro educado em Coimbra, membro de uma família afluente e destacada de São Paulo, fora designado para o comando desse Ministério. Essa escolha mostrava-se altamente significativa, considerando a total ausência de brasileiros em postos importantes de governo durante a estada de Dom João VI no Rio de Janeiro. Em 27 de Julho de 1822, o Príncipe D. Pedro enviou a José Clemente Pereira uma portaria pedindo-lhe que não fizesse uso da licença que obtivera como juiz de fora da Corte, pois não poderia prescindir de seus valiosos serviços. Passados apenas oito meses de sua decisão de ficar no Brasil, em 7 de Setembro de 1822, Dom Pedro bradava o seu "*Independência ou morte!*", separando definitivamente o Brasil de Portugal; um mês mais tarde, em 12 de outubro de 1822, era aclamado imperador; e, em menos de três meses, a 1º de dezembro de 1822, era sagrado e coroado o primeiro Imperador de um Brasil independente: Dom Pedro I.

Apesar de permanecer um ano desterrado na França, em 1823, devido a desavenças políticas com José Bonifácio, José Clemente logo foi absolvido e retornou ao Brasil. Nas primeiras eleições para deputado, em 1826, foi eleito pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Foi nomeado Intendente Geral da Polícia em novembro de 1827, época em que participou da criação do *Código Criminal*. Por fim, em 1828, é nomeado para o prestigioso cargo de *Ministro do Império*. No período em que esteve à frente do *Ministério do Império*, José Clemente Pereira destacou-se por sua importante participação no controle da epidemia de febre na região de Magé-Macacú, pelas melhorias feitas no abastecimento de água da capital e pela criação do *Supremo Tribunal de Justiça*.

10 - Em maio de 1835, após algumas negociações relacionadas a direitos e obrigações, o governo imperial concordou em elevar o *status* da *Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro*. Assim, surge a *Academia Imperial de Medicina* em substituição a sua predecessora, fortalecendo enormemente os laços entre as autoridades imperiais e o *establishment* médico do Rio de Janeiro. A fim de estreitar ainda mais esse vínculo, a *Academia* estabeleceu o costume de designar o *Ministro Imperial* como presidente honorário da organização. A participação do *Ministro Imperial* nos encontros da *Academia* salientava a importância crescente dos médicos nos centros mais elevados do poder imperial. O prestígio da nova *Academia*, que passa a ser reconhecida como a mais importante organização médica do país, pode ser aferido pela presença em sua cerimônia de inauguração não apenas do *Ministro Imperial* da época, Antônio Paulino Limpo de Abreu, ou de vários membros do corpo diplomático e da Corte, mas, sobretudo, pela do próprio futuro Imperador D. Pedro II, que à época contava apenas dez anos de idade.

11 - Seu intento é finalmente realizado com sua nomeação pelo Imperador D. Pedro II, em 23 de março de 1841, para o cargo de *Ministro da Guerra*. Em 31 de dezembro de 1842 obteve uma cadeira no Senado pela Província do Pará. Em 4 de setembro de 1850 é nomeado *Presidente* do recém-organizado *Tribunal do Comércio*, adquirindo assento no *Conselho de Estado*. Na magistratura chega a desenbargador. Finalmente, o Imperador lhe concede a *Ordem do Cruzeiro* e a *Ordem da Rosa*.

12 - Antes de José Clemente, os *Provedores* da *Santa Casa* permaneciam poucos anos nessa função, geralmente em torno de dois anos.

13 - Juliano Moreira. "Memórias do Dr. Juliano Moreira". *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria*, nº 1, 1907.

14 - A essa altura, a *Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro* ainda não havia alcançado o *status* de *Academia Imperial de Medicina*, mas sua estratégia política de ascensão ao poder já começava a evidenciar-se. O ano de 1830 foi, precisamente, aquele que seguiu-se aos de 1828-29, em que José Clemente Pereira estabeleceu, enquanto *Ministro Imperial* de Pedro I, intensas relações com os médicos da *Sociedade*.

15 - Plácido de Castro e Rezende Barbosa. *Os Serviços de Saúde Pública no Brasil, especialmente na Cidade do Rio de Janeiro*. Esboço Histórico e Legislação. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909.

16 - A *Chácara do Vigário-Geral* havia pertencido ao Dr. Antonio Rodrigues de Miranda, Vigário-Geral do Cabido, sede vacante, e do Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, e por isso recebeu esse nome. Segundo descrição de 1787, a chácara limitava-se de um lado com a estrada que ia para o forte da Praia Vermelha e com terras de D. Tereza Ferreira; do outro, com o caminho de Copacabana e a chácara apelidada *do Secretário*. A *Santa Casa* comprou-a de D. Rosa Maria Miranda, sobrinha do Vigário-Geral. O termo Vigário-Geral designava a pessoa que representava o Bispo ou Arcebispo na administração eclesiástica da diocese ou arquidiocese.

17 - Diversas variações são utilizadas nas referências da época para designar o *Hospício de Pedro II*, entre as quais: *Hospício Pedro II*, *Hospício Dom Pedro Segundo*, *Hospício D. Pedro II* e *Hospício de Alienados Pedro II*.

18 - O apoio de José Clemente Pereira às idéias da *Academia de Medicina* fizeram arrefecer o famoso ânimo crítico de seus membros mais antigos, contudo, alguns médicos mais novos, recém-admitidos na organização após sua criação, discordavam da decisão de abafar a discussão em torno das políticas públicas de higiene. Entre esses jovens médicos estava um cirurgião de 30 anos de idade, vindo de Minas Gerais, chamado Francisco de Paula Cândido, o qual, tendo participado dos esforços para combater a epidemia de cólera que atingiu Paris em 1832, no período em que lá se encontrava estudando medicina, tentava veementemente persuadir seus colegas do Rio de Janeiro da importância de informar o público sobre os aspectos cruciais de higiene. Durante uma acirrada discussão a respeito da reforma dos cemitérios, Paula Cândido afirmou que "*De modo a se incutir confiança nas pessoas é necessário publicar instruções a respeito desses objetivos, demonstrando-lhes a forma através da qual os miasmas tornam-se prejudiciais à saúde e produzem doença.*" Claramente, Paula Cândido representava uma vertente da academia que considerava essencial uma base mais larga de apoio público para se obter uma reforma bem sucedida no campo da higiene.

19 - É interessante notar aqui o quão antiga é a disputa entre a proposta de uma política sanitária pública de base coletiva e preventiva e outra, sempre de tendência mais privatizante, de base individual e curativa. Da mesma forma, também se repete historicamente, e pelos mesmos interesses econômicos de sempre, a predominância da última.

20 - *Os serviços de saúde...* (1909: I, 66-67).

21 - James Hudson. Great Britain. Public Record Office. General Correspondence before 1906: Brazil. London, Foreign Office, 11 June 1851.

22 - Leme Lopes relata que, mais tarde, José Carlos Teixeira Brandão calculará os custo total da construção do asilo em 2.672:474\$689. José Leme Lopes, "A psiquiatria e o velho hospício" in *Quatro séculos de cultura: ciclo de conferências comemorativas do IV centenário da cidade do Rio de Janeiro, aprovado pelo Conselho Universitário em 28 de novembro de 1964* (Rio de Janeiro: Publicação da Universidade do Brasil, 1966), 337, 341.

23 - Lopes (1964: 341).

24 - É curioso que, quase um século mais tarde, o prédio do *Hospício* abrigará a Faculdade Nacional de Arquitetura. A criação da cadeira de urbanismo (por influência de Lúcio Costa), até então inexistente, e a separação definitiva da *Escola de Belas Artes*, acabam por provocar, em 1945, a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura pelo Decreto nº 7.918, de 31 de Agosto, fazendo com que a faculdade deixasse o velho prédio da Avenida Central e fosse transferida para

outro edifício, o antigo *Hospício Pedro II*, então recuperado, localizado na Praia Vermelha. Em 1957 a Faculdade Nacional de Arquitetura muda novamente de endereço, para prédio projetado especialmente para ela segundo princípios corbusianos, porém somente passará a ocupar seu endereço atual no *Campus da Ilha do Fundão* em 1961.

25 - Ferreira da Rosa, *Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Edição Oficial da Prefeitura, 1905), 135.

26 - Calmon (1952: 39).

27 - A reabilitação, portanto, que hoje é empregada em serviços de base comunitária, como estratégia eficaz para reduzir a cronicidade, ampliar autonomia, e acabar com os manicômios, foi, no passado, utilizada em sentido inverso, exatamente para justificar a construção do *protótipo* de todos os hospícios brasileiros.

28 - É interessante observar que o processo de *Reforma Psiquiátrica* contemporânea busca, entre outras estratégias de substituição do modelo asilar, precisamente a utilização de enfermarias em hospitais gerais, e que, apesar do longo tempo passado, a resistência dos médicos e outros técnicos e funcionários desses hospitais em colaborar com essa idéia ainda repousa, comumente, sobre esse "*imaginário*" de desordem e ameaça supostamente provocadas pelos pacientes psiquiátricos.

29 - Ribeiro de Araújo (1982: 68).

30 - Ribeiro de Araújo (1982: 68). O *Hospício*, posteriormente, acrescentou oficinas dedicadas à marcenaria, arranjos florais, [desfiar estopa], e cestaria. *Guia do viajante no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Tip. da Gazeta de Notícias, 1882), 283. Após 1882, oficinas adicionais, que incluíam fundição de ferro, técnica de encanamento, engenharia elétrica, fabricação de colchões, manufatura de vassouras, tipografia e pintura, passaram a criar um ambiente de terapia ocupacional altamente diversificado. Rosa (1905: 135).

31 - Lopes (1964: 340).

32 - Waleska Paixão, "A enfermagem no Rio" in Quatro séculos de cultura: ciclo de conferências comemorativas do IV centenário da cidade do Rio de Janeiro, aprovado pelo Conselho Universitário em 28 de novembro de 1964 (Rio de Janeiro: Publicação da Universidade do Brasil, 1966), 430.

33 - *Guia do Viajante* (1882: 283). Nos dias de hoje, o Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB), um dos herdeiros evoluídos do velho *Hospício*, de forma interessante e arrojada, experimenta resgatar (seguindo uma lógica desinstitucionalizante) o momento inicial de "*suposta promiscuidade*" ao instituir recentemente enfermarias mistas na Unidade.

34 - Louis Agassiz (Jean Louis Rodolphe Agassiz, 1807-1873) tornou-se mundialmente famoso por sua monografia sobre peixes fósseis e por seu estudo sobre geleiras (1840). Posteriormente, em 1946, transferiu-se para os Estados Unidos, tornando-se professor da Universidade de Cambridge. Após ter-se fixado nesse novo país, Agassiz apenas o deixou para realizar eventuais excursões científicas, como a que fez ao Brasil, em 1865-66. A obra que resultou dessa excursão, *Voyage au Brésil* (ou *A Journey in Brazil*), publicada em 1868 e escrita em colaboração com sua esposa Elizabeth Cary Agassiz, é de enorme importância para o conhecimento do Brasil da segunda metade do século XIX. Entre a grande produção científica que deixou, acha-se cerca de meia centena de trabalhos sobre o Brasil.

35 - Louis and Elizabeth C. Agassiz, *A Journey in Brazil* (Boston: Ticknor and Fields, 1868), 81-82.

36 - *Guia do Viajante* (1882: 283).

37 - José Joaquim Ludovino da Silva, "Relatório do hospício de alienados de Pedro II," *Gazeta Médica da Bahia*, 29 de Fevereiro de 1868, 2(40): 187.

38 - Ludovino da Silva (29 de Fevereiro de 1868: 187).

39 - Agassiz (1868: 81) havia notado que: "*É verdade que vimos apenas os quartos e corredores públicos, um vez que era necessário uma permissão para entrar nas enfermarias.*"

40 - Ludovino da Silva (29 de Fevereiro de 1868: 187).

41 - Ludovino da Silva (29 de Fevereiro de 1868: 187) atribuía muitos dos problemas de disciplina às inadequações da equipe de enfermagem. Com apenas dois médicos disponíveis durante o dia, a maior parte da responsabilidade recaía sobre os ombros da equipe de enfermagem que era composta, em sua maioria, por irmãs de caridade profissionalmente despreparadas para os rigores do trabalho no asilo. Um número menor de escravos e ex-escravos complementava o trabalho das irmãs.

42 - Rosa (1905: 136).

43 - Lia de Aquino Carvalho, *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906* (Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986), 156-161.

44 - MOREIRA, Juliano, 1905. Assistência aos epiléticos - colônias para eles. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins*, 1(2), 167-182.

45 - Atualmente a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto pertence à UNIRIO - Universidade do Rio de Janeiro (Universidade Federal vinculada ao Ministério da Educação).